

A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE HOMOSSEXUALIDADE NO JORNAL DIÁRIO DO POVO DO PIAUÍ

THE PRODUCTION OF SENSES ON HOMOSEXUALITY IN THE NEWSPAPER DIÁRIO DO POVO OF PIAUÍ

George José Santos Lima¹ e Marta Maria Azevedo Queiroz²

RECEBIDO EM: 22/11/2017 | APROVADO EM: 05/03/2017

DOI: 10.5902/2317175824897

RESUMO

Este trabalho discute os sentidos produzidos sobre homossexualidade no artigo de opinião *Gays avançam sobre belos jovens*, publicado no jornal piauiense Diário do Povo do Piauí. Há uma reflexão sobre a mídia como instância pedagógica que produz sentidos e significados sobre a homossexualidade e os relaciona a modos de ser e de conhecer o mundo. A seleção e a análise do artigo ocorreram no período de abril a julho de 2015. O estudo utilizou as perspectivas teóricas de Foucault (1999), Louro (2015), Fischer (2006), Pinto (2002) e Thompson (1995). Como resultados, verifica-se que o artigo trata o homossexual numa visão conservadora, sob a perspectiva da (a)normalidade, com a reprodução de estereótipos como hipersexualidade, caracterizados como transgressores da lei e doentes, com estímulo ao preconceito e à discriminação.

Palavras-chave: Homossexualidade; Mídia; Discurso; Ideologia; Poder.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí. E-mail: georgejlma@gmail.com.

² Professora da Universidade Federal do Piauí, do Centro de Ciências da Educação, no curso de Pedagogia e no Mestrado em Comunicação Social. É coordenadora do Núcleo de estudos, pesquisa e extensão sobre infância e educação da criança - NEPEIEC. Possui Doutorado em Comunicação Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: profa.marta@hotmail.com.

ABSTRACT

*This paper discusses the senses produced on homosexuality in the opinion article *Gays advance on Beautiful Youngsters* published in the piauiense newspaper *Diário do Povo do Piauí*. There is a reflection on the media as a pedagogical instance that produces senses and meanings about homosexuality and relates them to ways of being and knowing the world. The selection and analysis of the article occurred in the period of April and July 2015. For the study, the theoretical perspectives of Foucault (1999), Louro (2015), Fischer (2006), Pinto (2002) and Thompson (1995) were used. As a result, it is verified that the article treats the homosexual in a conservative view from the perspective of the abnormality with the reproduction of stereotypes like hypersexuality, characterized as lawbreakers and patients, with stimulus to prejudice and discrimination.*

Keywords: *Homosexuality; Media; Discourse; Ideology; Power.*

1 Introdução

O presente texto tem por objetivo analisar o artigo de opinião *Gays avançam sobre belos jovens*, publicado no jornal piauiense *Diário do Povo*, no mês de abril de 2015. A escolha do artigo se deu em virtude da relevância adquirida pela mídia na construção de nossos valores, comportamentos, nossas ideologias e, no caso deste estudo, sobre a homossexualidade.

A importância da mídia se dá pela centralidade na vida cotidiana, pois participa e organiza o nosso dia a dia, seja como fonte de informações, entretenimento e lazer. Ligar a televisão ou o rádio é estabelecer relações com outro(s), com os fatos cotidianos, pois a mídia faz parte da textura das nossas experiências, como ressalta Silverstone (2002).

Há, através dos veículos de comunicação, disponibilização extensa de conteúdos que carregam significados e valores que nos interpelam e nos instigam a pensar a partir do que foi visto, que geram discussões, fazem parte das nossas interações cotidianas e possibilitam afetações em convicções e valores que, muitas vezes, acabam por ajudar a modelar a visão hegemônica de mundo.

Dessa forma, podemos pensar a mídia como espaço que nos propicia diversas aprendizagens que estão relacionadas a modos de ser e de conhecer o mundo e que, conseqüentemente, participam da constituição de nossas subjetividades (FISCHER, 2006).

Um assunto bastante recorrente e presente nos discursos midiáticos é o da sexualidade. Por meio desses conteúdos, aprendemos, somos orientados sobre formas de ser, de expressar e de vivenciar nossos desejos, nossos prazeres sexuais, sobre as formas de se fazer mulher, homem, heterossexual, gay.

São discursos que se apresentam por meio de modelos a ser perseguidos com exposição dos corpos, dicas médicas, histórias de vida, narrativas de telenovelas, publicização da intimidade sexual, formas de se realizar sexualmente e de ter prazer sempre conduzidos à normalização e referendados pelo conhecimento científico.

Em nossa sociedade, de acordo com Weeks (2015), a heterossexualidade se estabelece como padrão normativo que regula e atribui valores aos sujeitos, aos modos de ser, de se comportar, como e com quem nos relacionarmos, a forma que nossos corpos devem ser apresentados até mesmo para aqueles que não se relacionam com o sexo oposto.

Vale ressaltar que tratamos, neste estudo, conforme Foucault (1999), a sexualidade como uma dimensão que vai além do biológico – o aparelho reprodutor e sua função reprodutora – e se relaciona com o modo como as pessoas vivenciam seus desejos, prazeres, seus afetos, paixões e seu corpo e que se constitui ao longo da história de cada um.

Desse modo, este estudo busca contribuir para a discussão sobre os sentidos produzidos pela mídia brasileira sobre homossexualidade e que reforçam a caracterização de determinadas sexualidades como anormais e estimulam a homofobia, manifestada pela indiferença, pelo desprezo, pelo afastamento ou pela imposição do ridículo e da violência.

2 Referencial teórico

Foucault (1999), na obra *História da Sexualidade I*, mostra o desenvolvimento, a partir do século XVIII, da proliferação de discursos sobre sexualidade por meio de saberes inscritos nos corpos, nas vivências, nas instituições de uma forma que o sujeito é cada vez mais estimulado a falar a verdade sobre o sexual.

Com a invenção da família burguesa, o que se caracterizava como comum, torna-se privado, e a prática sexual vigente tem como objetivo a procriação. O restante era considerado falta de decoro, perversidade que não deveria ser evidenciado seja em atos ou em palavras.

A confissão desempenhou um papel importante na constituição da ciência da sexualidade como técnica de observação e controle, uma forma de saber que disciplina e normatiza. Desde a Idade Média, era utilizada pela Igreja Católica para realizar um exame minucioso do ato sexual no qual tudo deveria ser dito, pois a carne era a origem do pecado e um mal que atinge o homem nas mais diversas formas. Por meio da confissão, era possível se tornar um bom cristão. Para tal, tudo deveria ser confessado: as posições, parceiros e até mesmo pensamentos.

No Século XIX, a confissão, de acordo com Foucault (1999), difunde-se pela justiça, na pedagogia, nas relações amorosas, no cotidiano, como também na solenidade, no saber científico por meio do interrogatório, das consultas, das narrativas, das autobiografias. Não se falava apenas sobre o ato sexual em si, mas tudo o que estava ao redor dele como pensamentos, desejos, prazeres que proporcionam.

A produção de conhecimento em torno da sexualidade tem como objetivo constituir uma verdade sobre o sexo a partir do que é considerado normal. Surgiram, ainda, nessa época, as sexualidades periféricas, apresentadas como

diferentes, a exemplo da sodomia e do casamento entre parentes. Tornou-se importante conhecer os comportamentos, as práticas, os pensamentos para que se pudesse instituir determinadas posturas sobre sexo para os indivíduos.

Os comportamentos desviantes eram analisados e integrados nas práticas médicas, deviam ser medicados e corrigidos, em especial a mulher histórica, que adquiriu o papel de mãe e genitora e guarda dos filhos, a criança onanista pedagogizada pela família e a escola e os perversos que são patologizados e normalizados.

Surgiu, então, o dispositivo da sexualidade que segundo Foucault (1999, p. 100), é histórico e em que “[...] a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder”.

O dispositivo da sexualidade tem o intuito de proliferar discursos sobre a sexualidade, de penetrar nos corpos de maneira mais detalhada e de obter o controle da população, inserindo-a dentro de um padrão que seja possível administrar. Os nossos corpos também se submetem a esse controle por meio das orientações médicas, medidas em relação à saúde, para viver bem, de forma mais prolongada.

Nesse contexto, surgem, então, a heterossexualidade e a homossexualidade. De acordo com Weeks (2015), o heterossexual é criado a partir da tentativa de definição do homossexual. Isto se dá num momento em que o discurso médico-científico ganha mais força, no Século XIX, já que antes, como vimos, a sexualidade era um assunto que estava mais ligado à religião e à moral.

Na tentativa de estabelecer uma relação entre prazer e diferença entre os sexos, o sexólogo Krafft-Ebing, no Século XIX, definiu o hetero-sexual³ como o sujeito que sente desejo apenas pelo sexo oposto, mesmo que de uma maneira pervertida (quando está voltada apenas para o prazer) e não para reprodução; e o homo-sexual deseja o mesmo sexo, o que impossibilita a reprodução. Para Sabat (2003), o termo heterossexual passa a configurar uma sexualidade voltada para o sexo oposto e não apenas relacionado à reprodução.

Os discursos produzidos a partir do saber médico-científico foram determinantes no processo de normalização heterossexual e também da classificação das sexualidades ditas ‘desviantes’, e propiciam mudanças nas relações sociais, no mercado de trabalho por meio da divisão sexual do trabalho e nas representações de masculino e feminino. Essas modificações ocorrem pela atuação das relações de poder nesses discursos (SABAT, 2003).

Enquanto a heterossexualidade é instituída por meio dos saberes científicos como a sexualidade sadia, a homossexualidade, que antes era vista como perversão moral, torna-se uma patologia. A necessidade de garantir perpetuação da espécie faz com que esses indivíduos sejam marginalizados e curados de sua patologia.

³ O sexólogo escreve a palavra de forma diferente, separada.

Antes do Século XIX, segundo Weeks (2015), a 'homossexualidade' existia, mas o 'homossexual', não. Na Grécia, aconteciam práticas homossexuais entre adultos e adolescentes, o primeiro desempenhando o papel de ativo e o segundo de passivo e fazia parte dos ritos nos quais o mestre ensinava os seus pupilos. A homossexualidade, que não era entendida como o é atualmente, tinha um papel pedagógico, pois o mestre, como homem mais vivido e sábio, atuava na conduta do seu aprendiz. Esse antigo modelo grego sobreviveu até o Século XX, mas ainda no Século XVIII, outro modelo surgiu associando o comportamento homossexual masculino, tanto ativo quanto passivo, ao ser efeminado.

Até o Século XIX, o termo que caracterizava a relação entre pessoas do mesmo sexo era sodomia, um ato proibido e considerado pecado pela Igreja e crime perante o Estado. Nessa situação, o foco residia no ato, que deveria ser confessado, e a cura, por meio de processo de purificação, não classificando o indivíduo no meio social, diferente da homossexualidade, que define o indivíduo socialmente por sua sexualidade e que necessita de atenção por meio de controle e de cura.

O artigo do psiquiatra alemão Carl Westphal, intitulado *As Sensações Sexuais Contrárias*, divulgado em 1870, é um marco do início dos estudos médicos sobre as causas dessa patologia do instinto sexual (Foucault, 1999). Estudiosos, como Richard von Krafft-Ebing, que publicou a obra *Psychopathia Sexualis*, estudam a homossexualidade como patologia, classificada como uma degeneração neuropsíquica congênita. Nela, o homossexual é caracterizado como portador de uma doença do instinto sexual que ficou conhecida por homossexualismo, gerada por desvio biológico que os levava a se relacionar sexualmente com pessoas do mesmo sexo. Considerado como sujeito anormal, era um risco para si, mas, principalmente, para descendência humana, pela inexistência da reprodução.

A composição de saberes sobre as sexualidades periféricas, caracterizadas como doença, patologia e anormalidade, são inscritas nos corpos de homens e de mulheres homossexuais, que resultam em tecnologias de gerenciamento, de controle, de fiscalização do corpo e do sexo. Desenvolve-se, então, a gestão normativa na tentativa de curar a anomalia, a disfunção biológica que põe em risco a espécie.

No Século XX foram desenvolvidos tratamentos para curar a homossexualidade. Um dos mais conhecidos é a lobotomia, uma técnica cirúrgica desenvolvida pelo médico português António Egas Moniz que retirava os nervos do córtex pré-frontal de doentes psiquiátricos.

A década de 1970 se destaca como um período de transformações sociais importantes, com o movimento feminista, o movimento *hippie*, o movimento dos direitos civis nos EUA, a luta africana contra a discriminação e a segregação racial naquele continente, e a libertação das colônias. Nessa época, também já existia um movimento denominado de libertação *gay* que lutava contra o assédio aos homossexuais e por direitos legais. Esse movimento também pedia para que os homossexuais 'saíssem do armário' e revelassem para sua família e amigos a sua orientação sexual, combatendo a vergonha com o orgulho *gay*.

A chegada da AIDS, na década de 1980, trouxe visibilidade para a homossexualidade e fez com que se adotasse uma linguagem com foco higienizador sobre as práticas sexuais. Os discursos, agora, estavam voltados para segurança e riscos ligados à sexualidade e aqueles que circulavam faziam associação entre os sujeitos homossexuais e a doença, num terrorismo moral, por meio do qual eram intitulados como disseminadores da doença. A AIDS passou a ser conhecida como a 'peste gay'. A doença levou a uma reconfiguração desses grupos em torno da luta por direitos civis e pela parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. Verificase que mesmo com a retirada, em 1993, do termo homossexualismo do Catálogo Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde, ainda há circulação de discursos de sujeição da homossexualidade como sexualidade patológica.

A mídia também passou a compor o dispositivo da sexualidade ao tratar de conteúdos relacionados ao tema, como, por exemplo, namoros, traições, relação sexual, beijo, relacionamentos afetivos em jornais, revistas, telenovelas, filmes, seriados e programas de entrevistas e de humor, o que demonstra que faz parte do repertório dos veículos de comunicação.

Assim como em outras instituições sociais, encontramos técnicas de si como a confissão e o exame de consciência. Fala-se sobre intimidade, detalhes sobre a sexualidade, orientação sexual – erros cometidos, crenças, como devemos agir corretamente, em casa ou no trabalho – em seções para o leitor, entrevistas nas quais confessamos quem somos e como agimos, especialistas nos orientam a seguir determinadas práticas e modos de ser.

A exposição aos produtos midiáticos leva o leitor ou o telespectador a se observar, a analisar, a refletir sobre si, e a reconhecer-se ou não nos conteúdos que são apresentados. São revistas, a exemplo da Marie Claire, Mais Jr, em suas colunas e artigos, jornais, programas de TV como Amor e Sexo, Casos de Família, telenovelas, dentre outros.

Cada veículo com lógicas produtivas e públicos diferentes apresentam as situações por meio de discursos e ideias que podem gerar preconceitos, valores, reforçar estereótipos em mulheres, negros, gays que, pela exposição reiterada e contínua, naturalizam-se. Os gays, por exemplo, ainda são apresentados de forma estereotipada como sujeitos hipersexualizados, que possuem trejeitos femininos, com o intuito de provocar risos, e num perfil heterossexualizado onde não são afeminados.

Fischer (2002) considera a mídia como espaço de formação semelhante a outras instituições sociais como escola e família e afirma que essa atuação pedagógica se dá por meio da mediação realizada pela própria estrutura do texto midiático de si para si, promovendo e veiculando diversas formas de relação reflexiva da pessoa consigo mesma.

Rebelo (2000, p. 17) trata sobre os discursos produzidos pelos veículos de comunicação, que, segundo ele, não se caracterizam apenas como estruturas tecnológicas, mas geradores de mediações simbólicas onde se hierarquiza e se tematiza a realidade social: "Recorrendo a uma noção tornada comum em

sociologia da comunicação, os *media*, se não nos dizem *como é que* devemos pensar, indicam-nos, pelo menos, *sobre o que* devemos pensar”.

Os conteúdos jornalísticos cumprem duas funções: de informar e de gerar um sistema de valores. Rebelo (2000) relata que esse sistema de valores está associado à posição do jornal como sujeito da enunciação, que caracteriza a narrativa produzida. No primeiro plano, prevalece o saber sobre “aquilo que se fala”; e, no segundo, plano do discurso, prevalece o saber sobre “de que modo se fala” e “por que é que se fala”.

Em virtude das regras e dos projectos que lhe são próprios, um jornal afirma-se socialmente, citando Eric Landovski, como um sujeito semiótico, dotado de personalidade jurídica, mas também, graças ao estilo, ao tom, ao perfil que cultiva, de uma entidade figurativamente reconhecível pelos leitores. (REBELO, 2000, p. 41).

Há entre o leitor e o jornal um processo de mútua apropriação, no qual o leitor se apropria do jornal e o jornal da atenção do leitor. Para que essa relação jornal/leitor exista, é necessário apresentarem uma zona comum que irá reforçar a relação de fidelização, diminuindo os riscos de conflitos (REBELO, 2000).

A forma como os conteúdos jornalísticos são produzidos podem favorecer ou prejudicar determinados segmentos da sociedade. Constata-se o poder simbólico, atrelado intimamente aos poderes políticos e econômico, que os meios de comunicação possuem no espaço social.

O poder simbólico se exerce sobre os gêneros de discursos, o estilo ou a forma de apresentação de um discurso dentro do seu domínio, e atua, também, na agenda de discussão pública sobre a quantidade e o tipo de informação que deve ganhar destaque publicamente e de que forma. “Eles são os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos. Portanto, seu poder simbólico é também uma forma de poder ideológico” (DIJK, 2008, p. 45).

Além dele, há outras formas de poder, que Thompson (1998) chama de ‘econômico’, ‘político’, ‘coercitivo’. O poder econômico está relacionado às atividades produtivas por meio da transformação de matérias-primas em bens para serem consumidos. O poder político deriva da atividade de coordenação dos indivíduos e da regulamentação dos padrões de interação. O poder coercitivo está ligado ao exercício da autoridade por meio da força física.

Uma característica importante no exercício e na manutenção do poder é a ideologia. Para Thompson (1995), ela se expressa no interesse de estabelecer e de sustentar relações de poder. E Dijk (2008) diz que a ideologia se refere à

[...] consciência de um grupo ou classe, explicitamente elaborada ou não em um sistema ideológico que subjaz às práticas econômicas, políticas e culturais dos membros do grupo, de forma tal que seus interesses (do grupo ou da classe) materializam-se (em princípio da melhor maneira possível). (DIJK, 2008, p. 47).

Os meios de comunicação têm um papel importante na manutenção e na mudança da ideologia. De acordo com Dijk (2008, p. 49), “[...] é realmente crucial examinar quem, e por meio de quais processos, controla os meios ou as instituições da (re)produção ideológica, tais como os meios de comunicação e as instituições de ensino”.

Nos meios de comunicação jornalísticos, o controle de conhecimento acontece por meio da seleção dos assuntos e das reconstruções específicas de realidades sociais e esse processo é dirigido por sistemas de valores e ideologias profissionais sobre o que deve ou não ser notícia, e que é direcionado com o foco e o interesse de determinados grupos (DIJK, 2008).

3 Metodologia

Neste artigo, utilizamos a análise de discursos na perspectiva de Pinto (2002), conceituada como descrição, explicação e avaliação crítica dos processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados aos produtos na sociedade.

Os produtos culturais são entendidos como textos, formas empíricas do uso da linguagem verbal, oral ou escrita e/ou de outros sistemas semióticos no interior das práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente. O autor diz que toda imagem, mesmo isolada, de outro sistema semiótico deve ser considerada como discurso, recusando categorias como ‘signos icônicos’ ou ‘ícones’. Nas imagens, encontram-se intertextualidade, enunciadores e diálogo como nos textos verbais.

O texto possui várias vozes, de acordo com Pinto (2002), ou seja, que não somos os únicos responsáveis nas representações dos textos que produzimos – conceito de Polifonia, de Bakhtin. Para a análise de discursos, todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de vozes ou citações, cuja autoria fica marcada, ou não, vindas de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado.

Essa heterogeneidade se manifesta de duas formas: é “mostrada” por meio de citações expressas, discursos direto e indireto, dentre outras formas de coautoria explícita; ou “constitutiva”, na qual a múltipla coautoria está entranhada no texto e dificilmente poderá ser recuperada ou separada a “olho nu”.

Ainda de acordo com Eliseo Verón (1978 apud Pinto, 2002), a linguagem é constituída por ideologias e poder. O autor considera o ideológico como sendo as condições sociais de produção dos textos. O analista interpretará as marcas ou os traços que as regras formais de geração de sentido deixam na superfície do texto. O poder, para a análise de discurso, é uma dimensão analítica.

Para a análise de discurso proposta por Pinto, não há como desvincular o texto do seu destinatário ou coenunciador, o que também é determinante para o ideológico de um texto.

Definir os discursos como práticas sociais implica que a linguagem verbal e as outras semióticas com que se constroem os textos são partes integrantes do contexto sócio-histórico e não alguma coisa de caráter puramente instrumental, externa às pressões sociais. Tem assim papel fundamental na reprodução, manutenção ou transformação das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem numa sociedade, pois é por meio dos textos que se travam as batalhas que, no nosso dia-a-dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar 'dar a última palavra', isto é, ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso. (PINTO, 2002, 28).

Assim, a análise de discursos deve identificar as "operações de enunciação", que são os modos como o enunciador propõe ao receptor determinadas lógicas semânticas ou pragmáticas que serão recriadas no momento da leitura, classificadas por Pinto (2002) em:

- Modo de mostrar - verifica como são criados os universos de discursos no processo comunicacional. Este modo designa e descreve as coisas ou as pessoas de que se fala, estabelecendo relações entre elas localizando-as no tempo e no espaço, sempre em relação ao que o receptor supostamente conheceria deste universo;
- Modo de interagir - "Consiste em interpelar e estabelecer relações de poder com o receptor, na tentativa de cooptá-lo e de agir sobre ele ou sobre o mundo por seu intermédio" (PINTO, 2002, p. 66-67);
- Modo de seduzir - Irá distribuir os afetos positivos e negativos cuja hegemonia reconhece e/ou quer ver reconhecida. "Consiste em marcar as pessoas, coisas e acontecimentos referidos com valores positivos ou eufóricos e negativos ou disfóricos, e/ou ainda em demonstrar uma reação afetiva favorável ou desfavorável a eles" (PINTO, 2002, p. 67-68).

4 Os gays na visão da imprensa

Assis (2010) relata que o segundo gênero predominante na esfera jornalística é o opinativo e que a opinião é emitida por múltiplas vozes em diversos espaços como os jornalistas, os colaboradores, os leitores e a própria empresa. Marques de Melo (2003, p. 29) conceitua o gênero opinativo como sendo aquele que "[...] difunde opiniões, seja as opiniões próprias, seja as que lê, ouve ou vê". São classificados como gênero opinativo: Editorial, Artigo, Comentário, Resenha, Coluna, Crônica, Caricatura e Carta.

Os textos opinativos, muitas vezes, surgem de algum assunto que está em destaque na sociedade ou um acontecimento noticiado pelos meios de comunicação. Assis (2010) ressalta que

[...] o jornalismo opinativo é desdobrado por Ana Atorresi (1995) [...] em três segmentos, que se diferenciam em razão da “intencionalidade da opinião”. Para a autora, os textos podem revelar “a opinião propriamente dita” – ou seja, formulam juízos a respeito de variados assuntos –, uma “interpretação” – que estabelece relação entre fatos, sem que o jornalista se exponha explicitamente, deixando que o leitor tire suas próprias conclusões – ou uma “crítica especializada” – elaborada por um especialista em determinada área. (ASSIS, 2010, p. 21).

O artigo de opinião, geralmente, é produzido por colaboradores do jornal que se responsabilizam pelas ideias que defende. O artigo analisado foi escrito pelo cronista José Maria Vasconcelos, na coluna Opinião, do jornal piauiense Diário do Povo.

A edição inaugural desse veículo circulou no dia 27 de setembro de 1987. O jornal foi criado por um grupo de empresários locais para apoiar o Governo do Estado, na época governado por Alberto Silva. Seu primeiro presidente foi o empresário Aerton Fernandes, que tinha estreitas relações com o governador, muito antes de ele chegar ao poder. Cerca de um ano depois da fundação, o jornal foi adquirido pelo empresário Rufino Damásio, dono do grupo R. Damásio (REIS e outros, 2015).

O artigo inicia com o título: “Gays avançam sobre belos jovens”. O enunciador se utiliza do verbo ‘avançar’ com o intuito de dar um efeito de sentido negativo e mostrar que os homossexuais são promíscuos e estão constantemente à procura de sexo. Verifica-se, então, a reiteração da ideia dos homossexuais como sujeitos hipersexualizados.

No primeiro parágrafo, o enunciador inicia com o questionamento: “Será o fim dos tempos?”. Essa pergunta relaciona a homossexualidade à monstruosidade que levará ao fim de uma sociedade existente. Na sua continuação, utiliza-se dos verbos “assediava, invadiram, forçaram”, com o objetivo de dar crédito ao título e à primeira frase, e de garantir que o leitor perceba o homossexual como sujeito perverso, louco, que irá destruir o mundo vigente. No mesmo parágrafo, o enunciador continua e usa o verbo “agrediram”, que também dá o valor expressivo do homossexual como contraventor, bandido, que vive na ilegalidade. É evidente a associação da homossexualidade como o próprio mal por meio do terrorismo moral.

No segundo parágrafo, o enunciador relaciona o movimento gay à promiscuidade, obscenidade, irresponsabilidade quando se utiliza de operadores como “tirar a roupa”, “esbaldar”, “exibir-se”, “encantar”, “incautos”, e também com o intuito de fornecer um tom depreciativo, negativo sobre as imagens dos homossexuais. O uso do termo “avançando como onda de calor tropical” pode se relacionar às temperaturas que causam mal-estar, doenças, seca, que, implicitamente, se relaciona aos comportamentos sexuais que o autor considera promíscuos. Ele finaliza o parágrafo com a seguinte frase: “Cuidado, cara, é bicha!”.

ou seja, caracteriza o homossexual pejorativamente ao utilizar o termo 'bicha' e o mostra como sujeito que não deve fazer parte do convívio social.

O emissor do enunciado põe em cena outro enunciador, que Pinto (2002) diz que são posições discursivas a quem se creditam as representações copresentes no enunciado: a representação pejorativa do homossexual como anormal.

No terceiro parágrafo, a homossexualidade é caracterizada como uma situação imposta à sociedade e muitos indivíduos se tornam homossexuais pelo uso da propaganda já que são seduzidos por meio da mídia e dos modismos caracterizadas pelo uso dos termos "impõe", "perde a vergonha convertendo", "poder de persuasão". Percebe-se a representação dos modos de interagir entre o enunciador e o leitor, que, para Pinto (2002), consiste em interpelar e estabelecer relações de poder com o receptor, na tentativa de cooptá-lo e de agir sobre ele ou sobre o mundo por seu intermédio.

No parágrafo seguinte, o enunciador estabelece relação de explicação com o enunciado anterior culpando os meios de comunicação e, em especial, à telenovela como modeladora de comportamentos. Ao utilizar os termos "sem medos" e "preconceitos", "modismos", "estereótipos", "influência", "ídolos", "sedução", "condutas", "exóticos", "liberdade", "livre-arbítrio", "acariciam", "ardentemente", "achismo barato", o telespectador aceita o que é exibido pela mídia que molda o seu comportamento e o enunciador apresenta como um tipo de comportamento errado. Também reforça como os discursos disseminados pelos meios de comunicação acabam por exercer influência sobre a escrita e a fala pública. Vale ressaltar dois aspectos, nos dois parágrafos anteriores: a ideia do leitor/telespectador como sujeito passivo que aceita tudo sem questionar, contradito por Orozco Gomez (2001), que trata sobre o processo de recepção composto por contradições, negociações e conflitos em que as crenças, os valores e o cotidiano dos receptores são levados em consideração. O autor do artigo simplifica a homossexualidade à conversão realizada pela propaganda e pela telenovela. Outro aspecto é o reforço que faz sobre a necessidade de invisibilidade desses sujeitos como medida preventiva para o aumento de gays ao relacionar o crescimento desse público com visibilidade na mídia.

No quinto e último parágrafo, o autor reforça o seu posicionamento ideológico sobre a homossexualidade, ao apresentar a situação dos homossexuais em alguns países onde são perseguidos, presos, recebem pena de morte; e faz uso de intertextualidade ao utilizar passagens bíblicas para justificar o seu posicionamento. Esse ideológico surge por meio de preconstituídos, que são inferências e pressuposições que o coemissor deve fazer para suprir lacunas e dar coerência à interpretação que faz.

A ideologia é definida por Pinto (2002) como um repertório de conteúdos, opiniões, atitudes ou representações – pois o ideológico é, principalmente, um mecanismo de investimento de sentido em matérias significantes e que está presente num texto nas marcas ou nos traços encontrados pelos sentidos na superfície textual.

Nesse parágrafo, o enunciador permanece com o objetivo de caracterizar o homossexual com imagem negativa ao usar termos como “isolados”, “perseguidos”, “armário – que possui a ideia de anonimato”, “silenciamento”, “punição”, “morte”, “loucura” . O uso de aspectos religiosos mostra o homossexual em uma conduta errada por meio das Leis de Deus. Porém, sugere ao leitor tirar suas próprias conclusões ao citar o capítulo bíblico no qual se localiza o final da história sagrada contada no artigo.

O homossexual é construído no artigo como um indivíduo promíscuo que seduz aqueles que consideram belos, mesmo que possuam outra orientação sexual; e trata como medida eficaz permanecer no armário, silenciado pela vergonha de ser homossexual.

5 Considerações Finais

O artigo analisado constitui o homossexual numa perspectiva conservadora, tratando como anormal, pecador, criminoso, no qual o que impera é a promiscuidade, a irresponsabilidade dos atos praticados e destacando-os como uma malefício que merece ser combatido, a exemplo de países que o fazem, num estímulo ao medo e o preconceito.

É importante considerar que o veículo de comunicação garante destaque à circulação do artigo ao apresentá-lo na coluna que se encontra na área central da página do jornal e se posiciona como o enunciador pedagógico, aquele que orienta e dá conselhos de como é errado ser homossexual. Mesmo o jornal descrevendo que a responsabilidade pelas ideias é do autor do artigo, ao colocar em circulação, corrobora com o posicionamento ideológico do autor do texto, concordando ou mostrando-se indiferente às ideias dele.

Ao tempo em que a homossexualidade é patologizada e vista como um desvio sexual, reitera-se o heterossexual como modelo de sexualidade natural, legítima e sadia. A heterossexualidade também se estabelece e se reforça, de acordo com Louro (2015), com a caracterização de outras sexualidades como anormais e desviantes.

Nota-se também que o papel atribuído à propaganda e à telenovela na visibilidade da homossexualidade se assemelha a disseminadores de uma doença que, ao entrar em contato, o telespectador se contamina e perde o controle sobre a conduta sexual. Esse processo de (re)conhecimento sobre a identidade homossexual é simplificada e caracterizada de forma preconceituosa, invisibilizando os conflitos, as dificuldades que os sujeitos passam no processo de se ver e de se reconhecer *gay*, mas também em relação àqueles que não se identificam homossexuais, que constituem seus modos de ver o sujeito homossexual a partir de representações estabelecidas socialmente e reverberadas pelos veículos de comunicação.

Dessa forma, os meios de comunicação desempenham um papel importante na manutenção e na mudança da ideologia, ao colocar em circulação produtos simbólicos. De acordo com Dijk (2008, p. 49), “[...] é realmente crucial

examinar quem, e por meio de quais processos, controla os meios ou as instituições da (re)produção ideológica, tais como os meios de comunicação e as instituições de ensino”.

A linguagem e as ideologias estão vinculadas, pois estas se materializam naquela. Em todo e qualquer signo, as ideologias podem estar presentes mediante as possíveis relações existentes. Essas relações entre discursos refletem as de poder, que são legitimadas por alguns fatores, como posição social e institucional, poder econômico e social.

Outro ponto em evidência é o uso da religião na condenação e na criminalização dos homossexuais por meio do uso de discursos constituídos em meados do Século XIX, mas que ainda possuem força social e que se baseiam na moral e no pecado, com condenação em diversos países seja com pena de morte ou prisão perpétua. A passagem bíblica utilizada no artigo se relaciona aos sodomitas, vistos como habitantes de Sodoma, que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Era entendido como pecado, porque impedia a reprodução, objetivo do sexo. O sexo natural, entre homem e mulher, era norma a ser seguida e o que não era considerado natural, era passível de punição. O foco residia no ato que deveria ser confessado e, por meio do processo de purificação, obter a cura, sem classificação do sujeito no meio social. A normalização adotada pela Igreja Católica também é instituída por diversos países que tornam a sodomia crime. Apesar da extinção dessas punições, esses discursos ainda possuem forte apelo no âmbito social.

O artigo finaliza num convite ao leitor para refletir sobre o que foi dito, e volta-se, em especial para os homossexuais, numa sugestão de que, como criminosos e anormais, devem se afastar do convívio social, por meio dos ‘armários’, silenciando-se sobre quem realmente são, adotando para si a heterossexualidade como modelo social.

Referências

- ASSIS, Francisco de. Fundamentos para Compreensão dos Gêneros Jornalísticos. **Alceu**. Rio de Janeiro, v.1, nº 21, p. 16 a 33, jul. /dez. 2010.
- DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Televisão & Educação**: fruir e pensar a TV. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- _____. **Dispositivo pedagógico da mídia**: modos de educar na (e pela) TV. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27882/29654>>. Acesso em: 2 fev. 2016.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: _____. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 7-34.
- MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- OROZCO GÓMEZ, Guillermo. **Televisión, Audiencias y Educación**. Colombia: Grupo Editorial Norma, 2001.
- PINTO, Milton José. **Comunicação & Discurso**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

REBELO, José. **O discurso do jornal**. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

REIS, Marcela Miranda Felix dos; MOURA, Adriana Carvalho de; ALMEIDA, Gustavo de Oliveira; SANTOS, Roana Wrsula de Oliveira dos. **Influências Externas na Produção de Conteúdo dos Jornais Impressos de Teresina**: Perfil Histórico. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/influencias-externas-na-producao-de-conteudo-dos-jornais-impresos-de-teresina-perfil-historico>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SABAT, Ruth. Gênero e sexualidade para consumo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane. GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 149-159.

SILVERSTONE, Roger. **Porque estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

THOMPSON, Jonh B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e cultura moderna**: teoria critica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

VASCONCELOS, José Maria de. Gays avançam sobre belos jovens. **Diário do Povo do Piauí**, Teresina, n. 10.364, p. 2, 10 de abril de 2015.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 35-82.